

Alerta Legislação nº 17, de 20 a 25 abr. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 13.993, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Estabelece procedimentos para disponibilização de dados de empresas de telecomunicações prestadoras de serviço telefônico fixo ou móvel ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para fins de suporte à produção de estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 199, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Estabelece as condições necessárias à assinatura de termo de compromisso por instituições estrangeiras e a União, para fins de regularização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, nos termos da [Lei nº 13.123, de 2015](#).

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 64.949, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Dá nova redação ao artigo 4º do [Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020](#), que decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 59.372, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Estabelece medidas administrativas excepcionais para os serviços funerários no Município de São Paulo em face da pandemia da Covid-19.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
24/04/2020	<u>LEI Nº 13.993, DE 23 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.
23/04/2020	<u>DECRETO Nº 10.324, DE 22 DE ABRIL DE 2020</u> Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020.
20/04/2020 Ed. extra	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 955, DE 20 DE ABRIL DE 2020</u> Revoga a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista.
20/04/2020	<u>DECRETO Nº 10.323, DE 17 DE ABRIL DE 2020</u> Altera a relação a que se refere a Seção I do Anexo III à Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019, que "Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 20 de abril de 2020. Congresso Nacional, em 22 de abril de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a

	redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 922, de 28 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 2, e retificada no dia 3, de março do mesmo ano, que "Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, e a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 20 de abril de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 923, de 2 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 3, e retificada no dia 4, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e estabelece normas de proteção à poupança popular", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 20 de abril de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 201, DE 24 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. <u>PORTARIA Nº 195, DE 20 DE ABRIL DE 2020</u> Prorroga a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai. VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA <u>PORTARIA Nº 48, DE 17 DE ABRIL DE 2020</u> (...) Art. 1º Fica instituído no âmbito do Conselho Nacional da Amazônia Legal as seguintes subcomissões: (...)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 23 DE ABRIL DE 2020</u> Estabelece os requisitos para o livre comércio de produtos de origem animal, inspecionados por consórcio público de Municípios. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 20 ABRIL DE 2020</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios e procedimentos de quarentena para a importação de artigos regulamentados no Brasil, na forma desta Instrução Normativa e do seu Anexo. (...) SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 17 DE ABRIL DE 2020</u> Estabelece no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento normas, critérios e padrões para o uso sustentável de peixes nativos de águas continentais, marinhas e estuarinas, com finalidade ornamental e de aquariorfilia.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.634/GM-MD, DE 22 DE ABRIL DE 2020</u> Estabelece os quantitativos máximos de munições passíveis de aquisição pelos integrantes dos órgãos e instituições previstos nos incisos I a VII e X do caput art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, pelas pessoas físicas autorizadas a adquirir ou portar arma de fogo, e pelos demais agentes autorizados por legislação especial a portar arma de fogo.
Ministério da Economia	BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO Nº 4.805, DE 23 DE ABRIL DE 2020</u> Altera a Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, e o Regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), de que trata o Anexo II, para autorizar o Depósito a Prazo com Garantia Especial entre instituições financeiras associadas. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.804, DE 23 DE ABRIL DE 2020</u> Altera a Resolução nº 4.687, de 25 de setembro de 2018, que estabelece normas aplicáveis às operações de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). → Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 4.005, DE 16 DE ABRIL DE 2020</u> Altera a data de entrada em vigor da Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. <u>CIRCULAR Nº 4.002, DE 16 DE ABRIL DE 2020</u> Altera a Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe

sobre o mercado de câmbio e dá outras providências, para promover ajustes em prazos referentes a operações no mercado de câmbio.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Estabelece procedimentos para disponibilização de dados de empresas de telecomunicações prestadoras de serviço telefônico fixo ou móvel ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para fins de suporte à produção de estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PORTARIA Nº 528, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Altera a Portaria nº 450/PRES/INSS, de 3 de abril de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

– Diretoria Colegiada (DC)

INSTRUÇÃO PREVIC Nº 25, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Estabelece procedimentos para a execução pelas entidades fechadas de previdência complementar das medidas determinadas pela [Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019](#), que dispõe sobre o cumprimento das sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais, de pessoas jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados.

– Diretoria de Fiscalização e Monitoramento

PORTARIA Nº 292, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Divulga a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, para o exercício de 2020, de que trata a Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.941, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o regime tributário e aduaneiro especial de utilização econômica de bens destinados às atividades de exploração, desenvolvimento e produção das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.940, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, que dispõe sobre o tratamento tributário e os procedimentos de controle aduaneiro aplicáveis às remessas internacionais.

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Altera a Instrução Normativa nº 5, de 24 de junho de 2019, que dispõe sobre práticas de governança e gestão dos processos dos órgãos e entidades que atuam nas transferências voluntárias de recursos da União, e dá outras providências.

Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 421, DE 23 DE ABRIL DE 2020</u> Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal.
Ministério da Infraestrutura	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC <u>DECISÃO Nº 83, DE 20 DE ABRIL DE 2020</u> Autoriza, em caráter excepcional e temporário, alterações de aeronaves e transporte de passageiros usando dispositivos de isolamento de pacientes (<i>Patient Isolation Device - PID</i>).
Ministério da Justiça e Segurança Pública	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 23 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre Diretrizes Básicas para o Sistema Prisional Nacional no período de enfrentamento da pandemia novo Coronavírus (2019-nCoV). DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL <u>PORTARIA Nº 12, DE 22 DE ABRIL DE 2020</u> Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do Novo Coronavírus
Ministério do Meio Ambiente	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 209, DE 22 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre os critérios e procedimentos para implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. <u>PORTARIA Nº 199, DE 22 DE ABRIL DE 2020</u> Estabelece as condições necessárias à assinatura de termo de compromisso por instituições estrangeiras e a União, para fins de regularização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, nos termos da Lei nº 13.123, de 2015 .
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 13, DE 23 DE ABRIL DE 2019</u> Regulamenta os artigos 13, §2º, e 16-A, §1º do Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018 , que dispõe sobre o Sistema Nacional da Juventude - Sinajuve.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 301, DE 21 DE AGOSTO DE 2019 (*)</u> Dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos. (*)N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU nº 49, de 12-3-2020, Seção 1, págs. 198 a 208, com erro de montagem.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.271, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020</u> Define as unidades de terapia intensiva e unidades de cuidado intermediário conforme sua complexidade e nível de cuidado, determinando a responsabilidade técnica médica, as responsabilidades éticas, habilitações e atribuições da equipe médica necessária para seu adequado funcionamento.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
25/04/2020	<u>DECRETO Nº 64.952, DE 24 DE ABRIL DE 2020</u> Dá nova redação ao artigo 7º do Decreto nº 62.310, de 16 de dezembro de 2016 (*) (*) Dispõe sobre o Fundo de Aval do Estado de São Paulo, instituído pela Lei nº 10.016, de 1998, e dá providências correlatas
24/04/2020	<u>DECRETO Nº 64.949, DE 23 DE ABRIL DE 2020</u> Dá nova redação ao artigo 4º do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 , que decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO-10, DE 23-4-2020, DO COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO COVID-19</u> O Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19, no uso da competência conferida pelo item 1 do parágrafo único do art. 3º do Dec. 64.864-2020 , e considerando o disposto no § 2º do art. 4º da LF 13.979-2020 , delibera: I – os órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Estado de São Paulo deverão encaminhar ao Comitê Gestor do Gasto Público, de que trata o Dec. 64.065-2019 , informações relativas às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, conforme formulário disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Governo; II – as informações a que se refere o item I desta deliberação abrangem tanto contratações diretas como precedidas de licitação, devendo ser remetidas, pela respectiva unidade, no dia imediatamente seguinte ao da efetivação da contratação, no endereço eletrônico cggp@sp.gov.br ; III - caberá ao Comitê Gestor do Gasto Público consolidar e dar publicidade às informações de que trata esta deliberação, contendo os

	elementos relacionados no § 2º do art. 4º da LF 13.979-2020; IV – as contratações realizadas antes da publicação desta deliberação deverão ser informadas ao Comitê Gestor do Gasto Público no prazo máximo de 48 horas; V – o representante da Fazenda do Estado junto a empresas estatais e fundações integrantes da Administração indireta adotará as providências necessárias ao cumprimento desta deliberação nos respectivos âmbitos; VI – estão dispensadas do cumprimento desta deliberação unicamente as universidades públicas estaduais. SECRETARIA DE GOVERNO SECRETARIA DA SAÚDE SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC - 46, DE 24-4-2020</u> Estabelece o protocolo de entrega de materiais pedagógicos aos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino <u>RESOLUÇÃO SEDUC 45, DE 20-4-2020</u> Dispõe sobre a realização e o registro de atividades escolares não presenciais pelas unidades escolares vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, durante o período de restrição das atividades presenciais devido à pandemia de COVID19. <u>RESOLUÇÃO SEDUC 44, DE 20-4-2020</u> Dispõe sobre a reorganização do calendário escolar, das atividades pedagógicas e a extensão do teletrabalho devido à suspensão das atividades escolares presenciais para prevenir o contágio pelo coronavírus (COVID-19) e dá providências correlatas.
Fazenda e Planejamento (SFP)	SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV - 159, DE 24-04-2020</u> (...) Art. 1º - Determinar o compartilhamento de estudo entre as áreas envolvidas, visando a revisão dos critérios apresentados em razão das disposições da Portaria SPPREV 111, de 20-04-2016 quanto à aplicação das regras de cumulatividade de benefícios, em observância às novas regras incluídas pela reforma da previdência realizada por meio da EC 103/2019, para disciplinar a fixação da regra prevista no artigo 37, XI da Constituição Federal aos pagamentos realizados pela Autarquia. (...)
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE - 14, DE 24-04-2020</u> Regulamenta a vedação à realização de viagens no território nacional no âmbito da Procuradoria Geral do Estado

Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS – 55, DE 23-04-2020</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao programa 6273 – Desenvolvimento de Ações de Saúde decorrentes de Emendas Parlamentares, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR - 50, DE 20-04-2020</u> Institui o Programa Unicamp Solidária - Cestas Básicas para arrecadação de doativos e cestas básicas para a população carente de Campinas durante a pandemia de Covid-19 <u>RESOLUÇÃO GR - 49, DE 20-04-2020</u> Prorroga o prazo de suspensão das atividades presenciais na Universidade, previsto no Artigo 1º da Resolução GR 34/2020, de 22-03-2020
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>PORTARIA UNESP - 128, DE 23-4-2020</u> Dá nova redação à Portaria Unesp 122-2020, que definiu diretrizes para o desenvolvimento e a adaptação das disciplinas da Graduação para atividades não presenciais em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19)
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
25/04/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 288, DE 2020</u> Revoga a Lei nº 15.301, de 12 de Janeiro de 2014 (*). <i>(*) Dispõe sobre a proibição de fabricar, vender e comercializar armas de fogo de brinquedo no Estado de São Paulo e dá outras providências.</i> DOE, Legislativo, 25/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 287, DE 2020</u> Autoriza o Governo do Estado a criar Auxílio Extraordinário aos servidores que especifica, durante o período em que perdurar o perigo de contágio em virtude da pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 25/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 286, DE 2020</u> Cria programa de combate à violência doméstica no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 25/04/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 285, DE 2020</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade do compartilhamento de dados sobre a propagação e efeitos do Coronavírus entre órgãos e entidades da administração pública direta e indireta no âmbito do Estado de São Paulo.

	DOE, Legislativo, 25/04/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 284, DE 2020</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade dos municípios que receberem recursos financeiros para enfrentamento de pandemia a prestarem contas na forma que especifica e dá outras providências. DOE, Legislativo, 25/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 283, DE 2020</u> Suspende a concessão de benefícios de isenção fiscal às empresas devedoras inscritas na Dívida Ativa, que pertençam a atividades e setores não afetados pela crise econômica, durante o período de combate ao COVID-19. DOE, Legislativo, 25/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 282, DE 2020</u> Estabelece procedimento especial aos funcionários públicos que auxiliam no combate ao COVID-19 no atendimento à população, em hospitais públicos, privados ou de campanha sediados no Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 25/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 281, DE 2020</u> Dispõe sobre medidas de garantia da equidade na atenção integral à saúde da população negra em casos de epidemias ou pandemias, surtos provocados por doenças contagiosas ou durante a decretação de Estado de Calamidade Pública. DOE, Legislativo, 25/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 280, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a adquirir e distribuir gás em botijão - GLP (gás liquefeito de petróleo) ou disponibilizar vale-gás às famílias em situação de maior vulnerabilidade social do estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 25/04/2020, p. 5
24/04/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 279, DE 2020</u> Cria a Política Estadual de Combate à Corrupção, estabelece a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pela administração pública direta, indireta e para as pessoas jurídicas que contratarem com a administração pública do Estado de São Paulo, nos casos que especifica, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 24/04/2020, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 278, DE 2020</u> Fica autorizado o Poder Executivo a implantar a Política Estadual de Qualificação Técnica para o Jovem Tutelado, e dá outras providências DOE, Legislativo, 24/04/2020, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 277, DE 2020</u> Cria o Plano Estadual de Educação Financeira Familiar no âmbito do estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 24/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 276, DE 2020</u> Dispõe sobre a redução de 30% do valor das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais enquanto perdurar o estado de calamidade pública

	decretado no Estado de São Paulo em decorrência da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) DOE, Legislativo, 24/04/2020, p. 7 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 17/2020</u> (...) Quanto à fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde (...)
23/04/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 275, DE 2020</u> Garante aos profissionais do Sistema Único de Saúde que especifica a reserva de leitos para tratamento da Covid-19. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 274, DE 2020</u> Dispõe sobre a concessão de gratificação de insalubridade aos servidores públicos no Estado de São Paulo vinculados ao Sistema Único de Saúde que atuam no tratamento dos pacientes infectados com a Covid-19. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 273, DE 2020</u> Dispõe sobre as medidas sanitárias a serem observadas nos estabelecimentos comerciais do Estado de São Paulo para a contenção da expansão da Covid-19 DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 272, DE 2020</u> Dispõe sobre as medidas sanitárias a serem observadas nos próprios da administração direta, indireta e funcional do Estado de São Paulo para a contenção da expansão da Covid-19. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 271, DE 2020</u> Altera a Lei nº 17. 245, de 17 de janeiro de 2020 para reduzir temporariamente o valor do subsídio mensal dos Deputados Estaduais membros da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo enquanto perdurar a declaração do estado de calamidade no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 270, DE 2020</u> Dispõe sobre a proteção de mulheres em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, ou enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do COVID-19. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 269, DE 2020</u> Dispõe sobre estabelecimento de uma Linha de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica – LAVIDA no âmbito do Estado de São Paulo em virtude do alarmante aumento dos índices de violência doméstica e dá

	outras providências. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 268, DE 2020</u> Dispõe sobre o pagamento de indenização por morte ou invalidez e a contratação de seguro de vida em grupo, na forma que especifica, e dá providências correlatas DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 267, DE 2020</u> Suspende os descontos em folha referentes a empréstimos consignados de servidores e funcionários públicos, enquanto vigente o estado de calamidade pública decorrente do coronavírus – Covid-19. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 266, DE 2020</u> Dispõe sobre a imediata redução ao Teto Constitucional de salários, subsídios, aposentadorias, pensões e remunerações pagas com dinheiro público em geral, dentre outras providências. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 265, DE 2020</u> Proíbe e estabelece penalidades para elevação injustificada de preços de insumos, produtos ou serviços utilizados no combate e prevenção à contaminação do novo Coronavírus (COVID-19). DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 264, DE 2020</u> Dispõe sobre medidas complementares que versam sobre o distanciamento social (quarentena vertical) relacionadas à circulação de pessoas em espaços abertos ao público, ou de uso coletivo, para evitar a propagação da infecção e a transmissão do Coronavírus no âmbito do estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 5 PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2020</u> Dispõe sobre a redução do subsídio dos Deputados Estaduais e outras medidas administrativas emergenciais de combate a Pandemia Coronavírus (Covid-19), na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 7 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2020</u> Fica susgado o Decreto nº 64.946, de 17 de abril de 2020, que estende o período de quarentena estipulado no Decreto nº 64.881, e seguintes DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 8 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2020</u> Susta o Decreto nº 64.946, de 17 de abril de 2020, do Poder Executivo Estadual. DOE, Legislativo, 23/04/2020, p. 8
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

25/04/2020	<u>DECRETO Nº 59.374, DE 24 DE ABRIL DE 2020</u> Declara luto oficial por 3 (três) dias no Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 59.373, DE 24 DE ABRIL DE 2020</u> Regulamenta o artigo 8º da Lei nº 17.335, de 27 de março de 2020, que autoriza a transferência à Conta Única do Tesouro Municipal do superávit financeiro apurado no encerramento do exercício financeiro de 2019 e das receitas totais arrecadadas no exercício de 2020 dos recursos de fundos e operações urbanas que especifica. <u>DECRETO Nº 59.372, DE 24 DE ABRIL DE 2020</u> Estabelece medidas administrativas excepcionais para os serviços funerários no Município de São Paulo em face da pandemia da Covid-19.
24/04/2020	<u>LEI Nº 17.339, DE 23 DE ABRIL DE 2020</u> (PROJETO DE LEI Nº 248/20, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO) Dispõe sobre a transferência de valores do Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, instituído pela Lei nº 15.025, de 10 de novembro de 2009, para a Conta Única do Tesouro Municipal, a serem utilizados preferencialmente em ações vinculadas à Secretaria Municipal da Saúde e à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para o combate ao novo coronavírus no Município de São Paulo.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para **ccivil@sp.gov.br** ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107